

Senado pode analisar hoje MP dos Portos

Por acordo de lideranças, senadores devem abrir mão do intervalo de dois dias entre a leitura e a votação da proposta

A sessão plenária do Senado foi encerrada ontem sem que a MP dos Portos tivesse a votação de emendas concluída pela Câmara. A expectativa era de que a proposta fosse aprovada pelos deputados até a madrugada de hoje, para que o Senado pudesse iniciar a análise da MP em sessão às 11h. **3**



Lin de Paula/Agência Senado

Renan (E) cumprimenta Anibal no final da sessão deliberativa de ontem, em que não se pôde votar a MP dos Portos

Comissão estuda acompanhar obra de rodovias em tempo real

Novo relatório do Dnit com informações falsas motivou determinação de verificar a possibilidade técnica. **4**

Criação de 7 mil cargos no governo federal vai à sanção 2

Revalidação de diploma médico do exterior pode virar lei 7

Especialistas pedem ação contra assoreamento de rio no Pantanal 5



Marcos Bergamasco/Secom-MT

Área alagada no Pantanal: assoreamento atrapalha navegação e compromete biodiversidade e economia



José Cruz/Agência Senado

Cardozo presta contas à Comissão de Constituição e Justiça

Ministro diz que segurança sofre com má gestão de recursos 8

Homenagem aos vencedores da Olimpíada de Matemática

Em audiência, o Senado homenageou professora e alunos da cidade de Paulista, na Paraíba, que conquistaram medalhas na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas. **6**



Gerardo Magalhães/Agência Senado

Os senadores Cícero Lucena, João Capiberibe, Vital do Rêgo e Ana Rita entre os alunos paraibanos medalhistas na Olimpíada Brasileira de Matemática



Eunício, Pimentel e Jucá na sessão em que o Plenário aprovou cargos no governo

Lia de Paula/Agência Senado

Plenário aprova 7 mil cargos no governo federal

Vai para sanção presidencial projeto que cria cargos de administrador, economista e engenheiro, entre outros, a serem preenchidos por concurso

O **PLENÁRIO DO Senado** aprovou ontem a criação de cerca de 7 mil cargos públicos federais a serem preenchidos por concurso público. O projeto (PLC 126/2012) foi elaborado pela Presidência da República.

A proposta cria cargos de analista em tecnologia da informação, administrador, agente administrativo,

analista técnico-administrativo, contador, economista, engenheiro agrimensor, engenheiro agrônomo, engenheiro civil, engenheiro florestal, estatístico e veterinário.

Entre os cargos a serem criados, destacam-se 500 de analista em tecnologia da informação e 120 de engenheiro agrônomo.

No relatório, favorável à aprovação do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Gim (PTB-DF) considerou “louvável” a iniciativa da criação dos cargos, por viabilizar a implementação de políticas

públicas relevantes para o país:

— A despeito de críticas infundadas sobre um suposto inchaço do aparelho estatal, a relação servidor público/população no Brasil é uma das menores se comparada à de países com o mesmo ou superior grau de desenvolvimento.

Durante a discussão do projeto na CCJ, o autor do pedido de análise urgente, José Pimentel (PT-CE), afirmou que a medida será fundamental para estruturar a máquina pública federal.

O projeto vai agora para a sanção da presidente Dilma Rousseff.

Senadores apoiam sabatina anual de autoridade

O Plenário fez ontem a terceira sessão de discussão da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 89/2011, de Walter Pinheiro (PT-BA), que obriga as autoridades com nomeação condicionada à aprovação do Senado a voltar à Casa periodicamente para prestação de contas.

O líder do PT, Wellington Dias (PI), lembrou que as agências reguladoras, por exemplo, tratam de áreas

importantes, como a vigilância sanitária, os transportes e a energia elétrica.

— A competência da indicação é do Executivo. Como a responsabilidade pela palavra final termina sendo do Legislativo, com a sabatina e a aprovação, é importante que também a esta Casa haja uma prestação de contas — afirmou o senador.

Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou que, além de redigir

e aprovar as leis, o Congresso tem a responsabilidade de fiscalizar os atos do Executivo. Ele relatou que, nos Estados Unidos, as autoridades escolhidas pelo Legislativo retornam regularmente ao Congresso para prestar contas.

Humberto Costa (PT-PE) argumentou que as agências reguladoras exercem papel fundamental no trabalho de regulação das atividades econômicas e sociais do país.

Portugueses querem mais estudantes do Brasil

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem integrantes do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Portugal (GPA).

Um dos temas do encontro foi o Programa Ciência Sem Fronteiras, do governo federal. O deputado português Carlos Páscoa Gonçalves, presidente do GPA, manifestou preocupação com a limitação de bolsas concedidas para alunos brasileiros estudarem em Portugal.

O Brasil decidiu não fazer novos convênios com instituições portuguesas para estimular o aprendizado de uma segunda língua.

— Temos alunos de vários países da Europa, da China,



Renan (D) recebe Gonçalves, presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Portugal

dos EUA, da Coreia. Há que se ter essa informação para que não se diminua a ida para Portugal — disse o deputado.

Eles também comentaram a proposta em estudo no governo brasileiro de permitir

a contratação de médicos estrangeiros pelo SUS. Portugal, Espanha e Cuba são citados como países que poderiam ceder profissionais, mas, segundo Gonçalves, o país europeu carece de médicos.

Marcos Oliveira / Agência Senado

Ana Rita defende reforma do sistema político-eleitoral

Ana Rita (PT-ES) defendeu a reforma do sistema político-eleitoral. Para ela, isso é essencial para a consolidação do Brasil como uma nação “soberana, altiva e democrática”.

A senadora disse que, embora o crescimento do seu partido tenha se dado dentro do atual sistema eleitoral e político, este “está completamente esgotado, não permitindo os avanços necessários para as grandes transformações de que a sociedade necessita”.

Entre os pontos por ela destacados, está o financiamento público de campanha, que “terá papel significativo no combate à corrupção”. A



Mareia Moutz/Agência Senado

Ana Rita pede financiamento público das campanhas eleitorais

senadora citou o voto em lista pré-ordenada para os parlamentos, “com paridade de gênero, para que seja garantida a participação justa das mulheres”. E defendeu a convocação de uma assembleia constituinte exclusiva para votar a reforma política.

CORREÇÃO

Ao contrário do que foi informado no texto principal da página 4 da edição de ontem (nº 3.871), o PLV 6/2013 não alterou a CLT (Decreto-Lei 5.452/1943) para permitir que o professor leccione por mais de um turno no mesmo estabelecimento. O trecho foi suprimido pela Câmara, decisão mantida pelo Senado.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após a ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO MP dos Portos

11h Sessão extraordinária para análise da MP dos Portos (MP 595/2012), que estabelece novas regras para concessões portuárias. Às 16h, votação do projeto que trata do rateio da gorjeta entre empregados.

PRESIDÊNCIA Saúde e educação

11h Renan Calheiros preside sessão para votação da MP dos Portos. Às 12h, recebe Roberto d'Ávila, do Conselho Federal de Medicina. Às 15h, recebe professores e representante do Conselho Nacional de Educação. Às 15h30, sessão para restituir mandato de senador a Luiz Carlos Prestes e Abel Chermont. Às 16h, ordem do dia.

CRA Empregados rurais

8h30 Comissão analisa projeto que limita a jornada de trabalho de empregados rurais a 40 horas semanais.

CAS Saúde do homem

9h Audiência debate políticas públicas para a saúde do homem.

FÓRUM Inovação tecnológica

9h 5º Fórum Nacional Sobre Inovação Tecnológica na Área de Saúde no Brasil, no auditório do Interlegis.

CDH Cardápio em braille

9h Comissão analisa projeto que obriga a oferta de cardápio em braille em restaurantes, além de proposta que altera o Estatuto da Criança e do Adolescente.

SAÚDE Associação médica

9h Comissão destinada a discutir o financiamento da saúde realiza debate com o presidente da Associação Médica Brasileira (AMB), Florentino Cardoso.

CRE Brigadas de incêndio

9h30 Comissão vota o projeto que trata da organização de brigadas de incêndio voluntárias e o que extingue encargo financeiro sobre cancelamento de contratos para exportação de mercadorias.

HOMENAGEM Prestes e Chermont

15h30 Homenagem ao ex-senador Luiz Carlos Prestes e seu suplente Abel Chermont, com a devolução simbólica dos mandatos, no Plenário do Senado.

INCÊNDIOS Audiência pública

14h Comissão de Prevenção e Combate a Incêndios promove audiência com Liberto Ubirajara de Souza, do Corpo de Bombeiros Militares de Rondônia.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das **9h30**, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/09 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Relações Exteriores (CRE)**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Deputados entraram pela madrugada analisando emendas e destaques ao texto-base. Renan disse confiar em acordo de líderes para que a MP seja votada ainda hoje no Senado e não perca a validade



Henrique Alves preside sessão na Câmara na noite de ontem: horas de debates acalorados e manobras regimentais

Sessão extraordinária às 11h espera MP dos Portos

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA MARCADA para as 11h poderá dar início à apreciação da Medida Provisória dos Portos (MP 595/2012) pelos senadores. O Senado encerrou a sessão de ontem enquanto a Câmara ainda analisava destaques e emendas à MP. A expectativa era de que os deputados concluíssem até a madrugada a análise do texto.

A MP precisa ser aprovada até a meia-noite de hoje. Caso contrário, perde a validade. Para viabilizar a votação, os senadores devem abrir mão do intervalo, firmado em acordo de lideranças, de dois dias entre a leitura da medida e a votação em Plenário.

A MP estabelece novas regras para as concessões, arrendamentos e autorizações de instalações portuárias, públicas ou privadas. O texto

do Executivo teve o líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), como relator na comissão mista que o analisou previamente, e na qual foi aprovado e convertido em Projeto de Lei de Conversão (PLV) 9/2013.

Na Câmara, o texto-base do PLV foi aprovado na terça-feira, mas ainda faltava a apreciação de emendas e destaques. As sessões somaram mais de 30 horas de debates acalorados.

A oposição tentou impedir a aprovação, mas o governo também enfrentou dificuldades entre parlamentares da base: capitaneado pelo líder na Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (RJ), o PMDB apresentou emendas contrárias ao Planalto. Houve relatos de que o governo negociou a liberação de

emendas individuais em troca da aprovação.

No início da noite, o presidente do Senado, Renan Calheiros, disse estar esperançoso de um acordo para a aprovação da MP no Senado.

— Eu acho que haverá condição de acordo, porque o que está posto à prova é o interesse nacional. Essa medida provisória é muito importante para o país. E é fundamental mais uma vez que o Senado dê sua contribuição — reforçou.

O senador criticou a demora na votação da MP dos Portos na Câmara e cobrou do presidente, Henrique Eduardo Alves, a aprovação da PEC 11/2011, que estabelece um maior prazo de análise das MPs no Senado. A PEC, de José Sarney (PMDB-AP), foi aprovada pelos senadores em agosto de 2011.

Jarbas se queixa de atraso na ordem do dia

À tarde, senadores criticaram a demora no início da ordem do dia. O Regimento Interno prevê o início às 16h.

Às 16h30, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) cobrou o início da ordem do dia, mesmo sem

a presença do presidente da Casa, Renan Calheiros:

— Nem câmara municipal no interior tem um procedimento dessa natureza.

O primeiro-vice-presidente, Jorge Viana (PT-AC), disse que

não há determinação de Renan para que a ordem do dia tenha início só com a presença dele.

Jarbas elogiou Henrique Alves na Presidência da Câmara, por conduzir os trabalhos “não atropelando” os deputados.

Cristovam alerta para esgotamento da democracia

A conturbada votação da MP dos Portos pela Câmara chamou a atenção de Cristovam Buarque (PDT-DF) para o que considerou “o esgotamento” da democracia. Ele listou dez problemas, entre os quais interferências do Judiciário no Legislativo, excesso de poder do Executivo, uso rotineiro de MPs, a falta de ideologia partidária, corrupção, descrédito da política, incapacidade para mobilizar jovens e relação comprometida da mídia com a política.

Para Souza, setor portuário precisa se desenvolver

Sérgio Souza (PMDB-PR) reconheceu na noite de terça-feira que, em alguns momentos excepcionais, se faz necessário “atropelar até mesmo o tempo” para possibilitar o crescimento do país.

Ele se refriu à MP dos Portos (MP 595/2012), em votação na Câmara, e que precisa ser votada pelo Senado ainda hoje.

— É preciso lançar novas bases para o desenvolvimento do setor portuário calcadas em regras claras e precisas — afirmou.

Eunício defende logística moderna e competitiva no país

Na noite de terça, enquanto o Senado aguardava decisão da Câmara sobre a MP dos Portos (MP 595/2012), Eunício Oliveira (PMDB-CE) lembrou o caos logístico enfrentado nas últimas semanas em alguns portos brasileiros para o escoamento da produção recorde de grãos. Ele disse que a manutenção da atual estrutura portuária brasileira fará com que bilhões de reais sejam perdidos por falta de competitividade.

— Vamos dar oportunidade ao povo brasileiro de ter um sistema portuário moderno, para que o Brasil tenha o direito de ser competitivo — afirmou o senador.

Instalada comissão para analisar texto que desonera folha

Foi instalada ontem a comissão mista para examinar a Medida Provisória (MP) 612/2013, que amplia a desoneração da folha de pagamento de mais 14 setores da economia. A MP permite que a contribuição patronal do INSS, de 20% sobre os salários dos funcionários, seja trocada por uma alíquota que varia de 1% a 2% sobre o faturamento bruto. O incentivo só valerá a partir de janeiro de 2014.

Com a medida, passam a ter desoneração na folha de pagamento setores como jornalismo e radiodifusão; prestação de serviços aeroportuários; empresas de transporte aéreo de passageiros, transporte metroviário, transporte de cargas por navegação de travessia, marítimo e rodoviário; engenharia



Arthur Monteiro/Agência Senado

Ferraço presidirá a comissão mista da MP de incentivo a 14 setores

e arquitetura; construtoras de obras de infraestrutura; e o setor de defesa.

A renúncia fiscal do governo com o novo pacote de desonerações chegará a R\$ 5,4 bilhões em 2014.

A MP 612/2013 também faz a revisão do teto do faturamento para as empresas que optaram pelo regime de lucro presumido, passando de R\$ 48 milhões para R\$ 72 milhões por ano.

O senador Ricardo Ferraço (PMDB-ES) foi eleito presidente da comissão. O vice-presidente é o deputado Vicente Cândido (PT-SP).

Ciro Nogueira cobra compensação por perdas de receitas

Ciro Nogueira (PP-PI) fez um alerta em Plenário sobre a necessidade de criação de mecanismos compensatórios pelo governo federal para repor as perdas de receita de estados e municípios em razão de desonerações tributárias concedidas pela União, com o objetivo de fomentar a economia em função da crise financeira mundial.

De acordo com o parlamentar, somente em 2012 as perdas dos municípios causadas por esse tipo de desoneração tributária atingiram cerca de R\$ 1,7 bilhão, sendo que para



Maniz/Agência Senado

Ciro diz que redução nos repasses prejudica a prestação de serviços

2013 as estimativas apontam uma continuidade da situação, devido à repetição dos benefícios fiscais.

— Não é justo transferir o ônus e a responsabilidade para os prefeitos quando estes não deram causa nem foram consultados quanto à redução das transferências do Fundo de Participação dos Municípios — disse.

Marconi pede a Renan arquivamento de projeto que muda regras do ICMS

O presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu ontem a visita do governador de Goiás, Marconi Perillo, que pediu o arquivamento do Projeto de Resolução do Senado (PRS) 1/2013, que unifica as alíquotas de ICMS, e o sobrestamento da tramitação da Medida Provisória 599/2012, que trata das compensações aos estados pela redução do imposto.

Durante o encontro, Marconi informou Renan que o estado de Goiás pode perder cerca de R\$ 2 bilhões por ano em receitas e que a medida põe em risco mais de 500 mil empregos, além de prejudicar as finanças dos municípios goianos.

Aprovado pela CAE, o PRS 1/2013 aguarda inclusão na pauta do Plenário do Senado. Renan sinalizou no encontro



Marconi/Agência Senado

Segundo o governador, projeto ameaça 500 mil empregos em Goiás

que a matéria necessita de mais debate.

— Enquanto não acertamos os detalhes do projeto, de modo a garantir o equilíbrio federativo, não vamos pautar a resolução. O próprio governo já tem restrições ao texto do projeto da forma como foi aprovado na comissão — afirmou.

Comissão quer checar obras de rodovias em tempo real

Após recebimento de novas informações falsas sobre situação em Rondônia, senadores determinam estudo sobre possibilidade técnica de fiscalizar serviços por satélite, como já foi feito pela Previdência

O PRESIDENTE DA Comissão de Infraestrutura (CI), Fernando Collor (PTB-AL), determinou ontem que seja estudada a possibilidade de implantar no Senado sistema que permita o acompanhamento, em tempo real, das obras em rodovias federais e demais iniciativas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A decisão foi tomada após a CI ter recebido novamente informações incorretas do Departamento Nacional de Infraestrutura de Trânsito (Dnit) sobre as obras da BR-364, em Rondônia.

A sugestão partiu de José Pimentel (PT-CE), que, quando era ministro da Previdência Social, conseguiu acesso a um sistema das Forças Armadas para acompanhar via satélite as agências da Previdência.

Na semana anterior, Collor rasgou um documento do Dnit que informava que as obras haviam começado na última semana de abril, depois que Acir Gurgacz (PDT-RO)



Collor sugere apuração da responsabilidade pela informação falsa do Dnit

afirmou ter visitado o trecho no dia 5 de maio e não ter visto a obra acontecendo. Ontem, Collor leu um comunicado do Dnit que reafirmava o andamento das obras no trecho 2 da BR-364, em Rondônia. Segundo o diretor-geral do Dnit, Jorge Fraxe, havia no local 130 trabalhadores, 33 máquinas e veículos pesados, 3 usinas de asfalto, 3 usinas de solo e 2 recicladoras.

O presidente da CI exibiu um vídeo de reportagem feita no

local, em 9 de maio, mostrando que o trabalho era apenas uma operação "tapa-buracos" que havia começado somente no dia 8 de maio.

— É lamentável que haja uma reincidência na mentira e na falsidade. Deixo como sugestão, concedendo a dúvida da boa-fé e da reta intenção do diretor-geral do Dnit, que ele mande apurar a responsabilidade por quem ou a quem ele determinou fazer esse levantamento — disse Collor.

Gurgacz responsabiliza construtoras

Gurgacz e Valdir Raupp (PMDB-RO) confirmaram que as obras na rodovia de Rondônia são apenas de manutenção. Eles estiveram na rodovia na segunda-feira, com Ivo Cassol (PP-RO) e Fraxe.

Gurgacz responsabilizou

pelas falsas informações as empresas do consórcio contratado: as Construtoras Centro Minas e Centro Leste.

— O governo deu ordem de serviço e as empresas, mal-dosamente, não o fizeram e tentaram enganar a todos nós.

O senador ressaltou que as empresas se comprometeram a antecipar para novembro a entrega da rodovia. Para ele, a visita da comissão foi fundamental para o início das obras.

Valdir Raupp disse que Fraxe se comprometeu a visitar também as BRs 425 e 429, ambas em Rondônia, para fiscalizar o início das obras. O senador advertiu que a empresa responsável pela obra no trecho 2 da BR-364 tem 130 contratos, o que pode até impedir a execução da obra. Em Plenário, Raupp agradeceu Fraxe pela participação na vistoria das obras.



Gurgacz diz que empresas anunciaram antecipação da entrega para novembro



Raupp agradece o presidente do Dnit pela participação na vistoria da obra

Apoio também para motorista de passeio

O relator do projeto que obriga a construção de estações de apoio para motoristas de caminhão ou ônibus nas rodovias federais, Sérgio Petecão (PSD-AC), solicitou a retirada da proposição da pauta da reunião de ontem da Comissão de Infraestrutura. Ele decidiu atender sugestão de ampliar o uso das estações também para motoristas de veículos de passeio.

A sugestão estava numa emenda da CAE, mas não havia sido contemplada por Petecão. Ele mudou de ideia diante de argumentos de José Pimentel (PT-CE) e Blairo Maggi (PR-MT).

— Dado o aumento na frota do Brasil, as famílias estão viajando muito e utilizam esses pontos também para repousar — afirmou Pimentel.

Vanessa comemora leilão de petróleo

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) considerou positivo o resultado da rodada de licitações de áreas para exploração de petróleo realizada na terça-feira pela Agência Nacional do Petróleo (ANP). O leilão arrecadou mais de R\$ 2,8 bilhões, disse ela, batendo todos os recordes.

A senadora registrou ter recebido manifesto encabeçado pela Fundação Única dos Petroleiros (FUP) contra a entrada de empresas estrangeiras. Ela considerou a reivindicação justa, mas explicou que a Petrobras não tem condições de explorar sozinha todo o petróleo existente no país.



Lia de Paula/Agência Senado

Dornelles defende regime de concessão

Francisco Dornelles (PP-RJ) defendeu o regime de concessão como a melhor forma de exploração de petróleo. Segundo ele, a concessão é "eficaz, transparente, desburocratizante e ágil", tendo produzido excelentes resultados.

O senador relatou que o resultado positivo do leilão de 148 campos, pelo valor de R\$ 2,8 bilhões, só foi possível devido ao regime de concessão. Ele criticou o regime de partilha.

— É o maior erro de política econômica, financeira e energética que o Brasil conheceu nas últimas décadas.



Jane de Araújo/Agência Senado

Ataídes cobra mais transparência da CNI

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) denunciou supostas irregularidades na Confederação Nacional da Indústria (CNI) e cobrou mais transparência na gestão dos recursos. Segundo o senador, a CNI recebe contribuições patronais, cujo valor anual seria desconhecido por não haver prestação de contas.

— É estarrecedor saber que essa entidade, mantida com recursos públicos, tributos, não tem transparência. Pior: é isenta de prestação de contas aos órgãos de controle e fiscalização. Como entidade sem fins lucrativos, goza de diversos benefícios fiscais — observou.



Jane de Araújo/Agência Senado

Avança projeto sobre MP que reduz tarifa de energia

A Medida Provisória (MP) 605/2013, que possibilita a redução das tarifas de energia elétrica em percentuais maiores que os anunciados em janeiro pelo governo, foi aprovada ontem pela comissão especial encarregada de analisá-la. Pelo texto, o governo poderá utilizar recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) para subsidiar a redução. A proposta ainda será votada pelos Plenários da Câmara e do Senado.

O relatório do deputado Alexandre Santos (PMDB-RJ) incluiu dez emendas, mas nenhuma modifica o texto original. Apenas alteram aspectos de outras leis relacionadas ao setor elétrico. Uma das modificações, que proibia o autossuprimento de energia elétrica, foi retirada a pedido do senador José Pimentel (PT-CE), preocupado em agilizar a aprovação, já que a MP perde validade em 3 de julho.

Pelo texto de Santos, ficariam sem efeito os contratos de venda de energia celebrados entre distribuidoras e geradoras termelétricas que possuam o mesmo controlador. O relatório permite às concessionárias com mesmo controle societário reagrupar as áreas de concessão e unificar o contrato. Para o relator, isso permitirá redução dos custos, com benefícios para os consumidores.

O valor das cotas anuais pagas pelas empresas para formação da CDE ficará limitado ao estipulado em 2013, ou, no máximo, ao montante necessário para quitar compromissos assumidos até janeiro de 2013.

Em relação aos contratos de concessão para geração energética assinados antes da publicação do Decreto 5.163/2004, o texto estabelece que passem a ter vigência a partir da data de emissão da licença ambiental prévia. A mudança vale apenas para os casos em que a empresa não seja responsável pelo atraso.

A proposta concede pelo menos 50% de desconto nas tarifas de uso dos sistemas elétricos de transmissão e de distribuição a pequenas centrais hidrelétricas, com geração até 1.000 quilowatts, e a empreendimentos que usem fontes de energia renovável (solar, eólica, biomassa) e gerem até 30.000 quilowatts.

A redução das tarifas entrou em vigor em 24 de janeiro. Para consumidores residenciais, o desconto ficou em torno de 18%, contra cerca de 32% para os consumidores de alta tensão, como indústrias.

Como três grandes empresas — Cemig, Copel e Celpe — não prorrogaram os contratos de concessão, o Tesouro Nacional terá de arcar com parte dos descontos.



Faturas serão reduzidas com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético



Emiko Kawakami fala na audiência pública, ao lado do senador Antonio Carlos Valadares, de Luciano Aguilar Leite, Cristina Lanza e Ruivaldo Andrade

Assoreamento de rio coloca Pantanal em risco

Em audiência pública, especialistas apontaram problemas decorrentes da formação de bancos de areia no leito do Taquari, como a inundação permanente de áreas de Mato Grosso do Sul

“O PANTANAL ESTÁ morrendo.” O alerta foi feito pelo presidente da Associação de Pequenos Produtores do Rio Taquari, em Mato Grosso do Sul, Ruivaldo Andrade, e sintetizou a preocupação dos participantes de audiência ontem na Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR).

O debate reuniu senadores e representantes de produtores rurais, da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), da prefeitura e da câmara de Corumbá. Eles discutiram os problemas decorrentes do assoreamento do Rio Taquari e da inundação permanente de pelo menos 3 milhões de hectares no Pantanal.

Segundo Emiko Kawakami, chefe-geral da Embrapa

Pantanal, a ocupação desordenada da parte alta da bacia provocou erosão e carreamento de terra, formando bancos de areia no leito do rio.

Ela explicou que os estímulos governamentais da década de 70 promoveram a implantação de grandes áreas de lavoura e pecuária, sem que fossem seguidas práticas de conservação de solo ou de preservação de matas ciliares. Com excesso de areia no leito, o rio busca espaço para as águas e acaba por “arrombar” as margens, inundando a área. O volume de sedimentos impede o recuo da água na seca.

O alagamento permanente, afirmou Emiko, inviabiliza atividades produtivas, como a criação de gado, e até mesmo

a sobrevivência de animais silvestres.

— Eu ando nos campos e meu filho não conhece uma ema, não conhece um tatu — relatou Ruivaldo Andrade, ao lembrar que esses animais eram abundantes na região.

O assoreamento, disse, também afeta a navegação, impedindo o transporte de gado e o abastecimento das fazendas.

Cristina Lanza, vereadora de Corumbá, incluiu o êxodo rural entre as consequências da destruição do Pantanal.

Emiko Kawakami apontou a necessidade de manutenção imediata das barrancas do rio, para evitar novos arrombamentos, a dragagem da areia acumulada e a recomposição das margens.

Senadores pedem ações urgentes de socorro

Ruben Figueiró (PSDB-MS) cobrou medidas urgentes para conter o assoreamento de rios e reverter a inundação permanente de áreas do Pantanal:

— Vamos pedir informações à comissão interministerial [criada em 2007 para apresentar soluções para o problema] e manter reunião com a Embrapa para colher sugestões de como resolver o problema.

Para o senador, que foi o

autor do requerimento propondo a audiência pública de ontem, a situação atual do Pantanal em Mato Grosso do Sul é um “desastre ecológico”.

Delcídio do Amaral (PT-MS) classificou o assoreamento do Rio Taquari, responsável pelas inundações permanentes do Pantanal, como “o acidente ambiental mais importante do país nas últimas décadas”.

Na opinião de Waldemir

Moka (PMDB-MS), a Embrapa Pantanal deverá mediar a busca de soluções. Ele ressaltou que o Congresso está iniciando a discussão do Orçamento da União para 2014, quando a CDR poderá propor emenda de comissão alocando recursos para as ações necessárias.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) também manifestou preocupação com a destruição do Pantanal.

Randolfe quer que Plenário vote cana na Amazônia

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) busca assinaturas para levar ao Plenário do Senado o projeto que autoriza o plantio de cana na Amazônia Legal.

O texto foi aprovado nesta semana na Comissão de Meio Ambiente (CMA), em decisão terminativa, e o recurso para o exame em Plenário pode ser apresentado até terça-feira, com a assinatura de ao menos nove senadores. Caso contrário, a matéria irá direto para a Câmara dos Deputados.

— Não faz sentido o plantio de culturas exóticas, principalmente monoculturas, na



Randolfe busca assinaturas para que texto seja analisado pelo Plenário

Amazônia. Há áreas em outras regiões mais apropriadas para o cultivo de cana e produção de etanol. A Amazônia não foi feita para ser transformada em pasto ou em monocultura — afirmou

Randolfe, observando que as áreas já desmatadas deveriam ser recuperadas.

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) concorda com Randolfe e aponta prejuízos econômicos caso a proposta avance.

— A liberação, além dos prejuízos ambientais, traz um prejuízo enorme na qualidade do nosso etanol no mercado mundial — disse, ao lembrar que a Amazônia ficou fora do zoneamento da cana para evitar que o país seja acusado de produzir combustível à custa da destruição da Amazônia, o que causaria barreira comercial.

Instalada comissão da MP de socorro a vítimas da seca

Foi instalada ontem a comissão mista para analisar a Medida Provisória 610/2013, que trata de ações emergenciais para socorrer municípios atingidos pela seca no Nordeste. O presidente do colegiado será o deputado Ilário Marques (PT-CE) e o relator, o senador Eunício Oliveira (PMDB-CE).

Entre outras medidas, o texto autoriza o pagamento de valor adicional ao benefício Garantia-Safra para o período 2011–2012 e a doação de milho aos governos estaduais em 2013.

A MP amplia o Auxílio Emergencial Financeiro para os desastres ocorridos em 2012. O valor do auxílio, que hoje é de R\$ 720, passa para até R\$ 800 por família.

Instituído em 2004, o Auxílio Emergencial Financeiro é destinado ao socorro e à assistência às famílias com renda mensal média de até dois salários mínimos, nos municípios em estado de calamidade pública ou situação de emergência. O impacto orçamentário nesse caso será de R\$ 807 milhões.

A medida permite aos municípios liquidar dívidas com desconto nas operações contratadas até 2006 no âmbito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).



Eunício será o relator da MP de ajuda a agricultores nordestinos

Quanto ao milho, a medida provisória autoriza a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) a doar o alimento, em 2013, aos governos estaduais que tenham municípios localizados na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) em situação de emergência ou estado de calamidade pública. O produto doado deverá ser vendido a pequenos criadores de aves, suínos, bovinos, caprinos e ovinos.

Ilário Marques assinalou que vai se reunir com o senador Eunício Oliveira para discutir o plano de trabalho para a comissão.

— Espero que a medida, pela própria praticidade com que está sendo implementada, não seja muito polêmica — disse o deputado.

(Da Agência Câmara)

Lídice defende diversificação de investimentos

A seca no Nordeste foi novamente tema de discurso de Lídice de Mata (PSB-BA) no Senado. A parlamentar informou ontem ter recebido prefeitos de municípios nordestinos que pedem aos senadores que intercedam junto ao governo federal por uma parcela maior da verba do Fundo de Participação dos Municípios (FPM).

— Dados do Ministério do Planejamento demonstram que maio deste ano será pior do que maio do ano passado em relação à distribuição dos recursos. Esse dinheiro é indispensável, pois muitos municípios não sobrevivem sem a verba — afirmou.

A senadora realçou a importância da diversificação para o desenvolvimento do Nordeste e defendeu investimentos nos setores petroquímico, automotivo, energético e de construção civil.



Lia de Paula/Agência Senado

Humberto Costa comemora novas fábricas em PE

Em pronunciamento ontem, Humberto Costa (PT-PE) informou que Pernambuco receberá

R\$ 4,5 bilhões dos R\$ 15 bilhões a serem investidos até 2016 no Brasil pela Fiat Automóveis. De acordo com o senador, R\$ 4 bilhões irão para uma fábrica de automóveis e outros R\$ 500 milhões para uma fábrica de motores, ambas em Goiana, a 63 quilômetros do Recife.

— A fábrica de automóveis terá capacidade de produzir 250 mil unidades por ano e vai gerar 4.500 empregos diretos quando entrar em funcionamento, em 2014 — afirmou Humberto.

O senador considerou que a implantação das fábricas vai criar “bons desafios” para a região, como conciliar o desenvolvimento econômico com o desenvolvimento social.



Jane de Araújo/Agência Senado

13 estudantes de escola municipal de Paulista (PB) receberam medalha na última edição da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas. Com aulas práticas, professora desperta interesse de alunos



Capiberibe (2º à esq.) conduz a audiência que homenageou alunos de escola pública premiados na competição

Estudantes medalhistas e mestra ganham homenagem

NO ANO PASSADO, 22 alunos de Paulista, cidadezinha parai-bana com 12 mil habitantes, foram premiados na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas — 5 medalhas de ouro, 2 de prata, 3 de bronze e 12 menções honrosas. O caso chamou a atenção para os métodos de Jonilda Alves Ferreira. Ontem, os estudantes, que têm entre 11 e 13 anos, e a professora foram homenageados pela Comissão de Educação (CE).

— Jonilda promoveu em sua cidade uma revolução silenciosa no ensino de matemática, em meio a uma região afetada

pela seca — disse Vital do Rêgo (PMDB-PB). Vital propôs a homenagem com João Capiberibe (PSB-AP), que presidiu a audiência.

Dos 22 alunos premiados, 13 estudam na Escola Municipal Cândido de Assis Queiroga, onde a professora Jonilda leciona. Ela conta que, sempre que possível, dá “aulas práticas” para envolver os estudantes. Leva-os, por exemplo, à pizzaria para ensinar frações ou ao posto de gasolina para explicar os números decimais e a regra de três. Nas aulas de Geometria, ela os faz medir a

área e o perímetro da escola.

— Eu os coloco em situações nas quais vivenciam a matemática — explica.

Mônica Gardelli Franco, diretora de Formulação de Conteúdos Educacionais da Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), diz que Jonilda “deu concretude a uma disciplina que, em geral, é ensinada de forma muito abstrata e que, por isso, muitas vezes acaba não fazendo sentido no cotidiano”.

Realizada pelo MEC e pelo Ministério da Ciência e Tecnologia, a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas é executada pelo Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada (Impa).

Claudio Landim, coordenador-geral da olimpíada, afirma que um dos objetivos da competição é “detectar alunos com talento para a matemática e permitir que eles tenham uma boa formação nessa área”.

Entre os exemplos, está o de Tábata Amaral, de São Paulo. Após obter medalha de prata em 2005 e de ouro em 2006, ela ganhou bolsa de estudos de uma escola particular, participou de competições semelhantes no exterior e hoje estuda na Universidade Harvard, nos Estados Unidos.

Neste ano, 47 mil escolas públicas se inscreveram. Ao todo, mais de 18 milhões de alunos vão participar.

Leia reportagem sobre a olimpíada: <http://bit.ly/Cidadania429>

MP restabelece exigência de pós-graduação para magistério superior

O governo decidiu editar medida provisória para restabelecer a exigência de pós-graduação para ingresso na carreira de magistério superior. Publicada ontem, a MP 614/2013 modifica a Lei 12.772/2012 para determinar como requisito de ingresso o título de doutor. As instituições de ensino poderão reduzir a exigência para título de mestre, especialista ou diploma de graduação quando se tratar de provimento “para área de conhecimento ou em localidade com grave

carência de detentores da titulação acadêmica de doutor”.

O governo atribuiu a uma “falha” a supressão da exigência de pós-graduação na aprovação da Lei 12.772/2012.

Em abril, a Comissão de Educação (CE) aprovou, em caráter terminativo, projeto de Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) que restabelece o requisito de pós-graduação (PLS 123/2013). No entanto, a base do governo recorreu para que a proposta seja submetida ao Plenário antes de seguir à Câmara.

Comissão aprova relatório de medida sobre educação e infraestrutura

A comissão mista que analisa a Medida Provisória (MP) 606/2013 aprovou ontem o relatório do senador José Pimentel (PT-CE), que apresentou voto pela aprovação do texto original acrescido de 2 das 53 emendas recebidas. As demais foram rejeitadas ou consideradas prejudicadas.

O relator acolheu emenda que inclui as cooperativas educacionais entre as pré-escolas que podem entrar em convênio com o poder público para repasse do Fundo de Manutenção e

Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e outra que torna o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) responsável pelo censo escolar que orientará a distribuição de recursos do Fundeb.

O relator ainda acrescentou emenda que estende em 12 meses o prazo para empresas interessadas em submeter projetos ao Regime Especial de Tributação do Programa Nacional de Banda Larga, que, pela Lei 12.715/2012, se encerraria em 30 de junho.

“Professora é exemplo para o país”, afirma Cícero

Cícero Lucena (PSDB-PB) disse que a conquista da professora Jonilda Alves Ferreira e dos alunos dela deve provocar uma reflexão sobre a educação no Brasil.

O senador contou que a escola fica em uma região sofrida, por causa da seca e da falta de investimentos. No entanto, disse, a professora e os alunos superaram as dificuldades “com garra, esforço e competência” e se destacaram nacionalmente.

Ele acrescentou que “esses pequenos bravos” concorreram com alunos de todo o país, inclusive com aqueles que estudam em centros mais avançados. Para Cícero,

a vitória mostra uma importante lição sobre o avanço da qualidade da educação.

— As iniciativas pedagógicas da professora mostram que é possível fazer muito mais pelas crianças do Brasil. Os legisladores e a sociedade precisam refletir sobre essa conquista — disse.

Cícero afirmou que é possível avançar na qualidade do ensino usando a criatividade. Ele leu um texto da professora Jonilda em que ela afirma que “só desperta paixão de aprender quem tem paixão de ensinar”.

— Peça a Deus que existam cada vez mais Jonildas por este Brasil afora — disse.

Jayme homenageia os 146 anos de Várzea Grande, cidade onde nasceu

Jayme Campos (DEM-MT) homenageou a cidade natal dele, Várzea Grande (MT), que ontem completou 146 anos.

— Meu patriotismo tem sua raiz fincada no terreno de minha casa. Pátria, para mim, se inicia na querida cidade de Várzea Grande — disse.

O senador lembrou que a cidade surgiu a partir de um acampamento de prisioneiros da Guerra do Paraguai, mas converteu-se em polo de

desenvolvimento econômico e em dinâmico centro de integração de migrantes. Jayme manifestou fé no destino de Várzea Grande.



Jayme Campos

— Somos hoje uma síntese do país. Muitos sonhos, sotaques, esperança; mas, infelizmente, convivemos com inúmeras contradições sociais: com a miséria, com a vio-

lência, com a falta de investimentos em infraestrutura e com uma administração municipal confusa e leniente — lamentou.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana

Segundo-vice-presidente: Romero Jucá

Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro

Segunda-secretária: Ângela Portella

Terceiro-secretário: Ciro Nogueira

Quarto-secretário: João Vicente Claudino

Suplentes de secretário:

Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich

Diretora de Jornalismo: Virgínia Galvez

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Marco Antônio Reis (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem:

Teresa Cardoso e Sheyla Assunção

Edição: Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Diplomas médicos podem ter lei para revalidação

Exame único nacional, previsto em projeto, vai verificar se formação profissional feita no exterior oferece conhecimentos e competências equivalentes às exigências para atuação médica no Brasil

A COMISSÃO DE Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos expedidos por universidades estrangeiras. O projeto (PLS 138/2012), de Paulo Davim (PV-RN), dá status de lei a exame que já existe, o Revalida. A proposta será examinada pela Comissão de Relações Exteriores (CRE), antes de votação final na Comissão de Educação e Cultura (CE).

O objetivo é avaliar conhecimentos e habilidades dos médicos formados no exterior e verificar se as competências são equivalentes, por meio de exame aplicado por universidades federais, nos moldes da prova da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A avaliação terá duas etapas: uma de questões objetivas e discursivas e outra de habilidade clínica prática.

— Devemos preservar a qualidade dos serviços prestados. Um erro médico pode ser catastrófico — alertou Davim.

Ana Amélia (PP-RS) apoiou o exame e disse que a medida protege a população de maus profissionais. Humberto Costa (PT-PE), que é médico e foi ministro da Saúde, reconheceu



Presidente da comissão, Moka sugere debater o tema com o ministro da Saúde

a importância de padronizar os exames.

A prioridade do governo é alocar médicos brasileiros em todo o país, disse Humberto. Segundo ele, um programa para trazer médicos estrangeiros por três anos deve-se à carência em algumas áreas. Humberto pediu que as associações de médicos contribuam com sugestões para a distribuição de médicos no Brasil.

Para o presidente da CAS, Waldemir Moka (PMDB-MS), o assunto precisa ser discutido em audiência pública conjunta com a CE, convidando os ministros da Saúde, Alexandre Padilha, e da Educação, Aloizio Mercadante, além de

representantes dos médicos.

Moka leu moção de apoio aos médicos brasileiros assinada por representantes dos países reunidos no 6º Fórum Ibero-Americano de Entidades Médicas, ocorrido em Portugal. O documento condena a proposta do governo de permitir que médicos com diplomas estrangeiros atuem no Brasil sem revalidação do título. Segundo o texto, isso pode colocar em risco a qualidade de assistência à população e não resolver a distribuição dos profissionais no país. Além do Brasil, a moção foi assinada por associações médicas da Argentina, Bolívia, Costa Rica, Espanha, Paraguai, Portugal, Peru, Uruguai e Venezuela.

Projeto inclui filtro solar no Farmácia Popular

Protetores solares poderão passar a ser oferecidos à população pelo Programa Farmácia Popular, criado para fornecer medicamentos essenciais a baixo custo. Um projeto de lei com essa finalidade foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em caráter terminativo (sem necessidade de ir para o Plenário).

O PLS 409/2012, de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), inclui

os protetores solares na lei que autoriza a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) a disponibilizar medicamentos, mediante ressarcimento.

Os protetores solares são importantes para evitar câncer de pele e prevenir queimaduras solares. Apesar disso, diz Rollemberg, os brasileiros não têm o hábito de utilizá-los em razão do preço elevado.

No parecer pela aprovação,

Casildo Maldaner (PMDB-SC) ressalta que a proposta vai ampliar o acesso ao produto a mais pessoas. Ele também afirma que os protetores solares têm sido esquecidos nas ações de saúde pública voltadas à prevenção de doenças.

Para Casildo, a medida de profilaxia é importante porque cada vez mais está aumentando a incidência do câncer de pele entre os brasileiros.

Wellington lamenta situação da saúde no interior do país



Wellington Dias (PT-PI, foto) elogiou a intenção do governo de contratar médicos estrangeiros para atuar nas áreas mais carentes do interior e disse que a Frente Nacional de Prefeitos (FNP) manifestou apoio à medida. Ele lembrou que o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, disse que o Brasil

tem apenas 1,8 médico para cada mil habitantes.

— A prioridade é o médico brasileiro. Mas o que fazer nos lugares em que o brasileiro não quer ir? Magno Malta (PR-ES) apoiou a contratação de médicos do exterior e pediu incentivo à permanência nos lugares mais carentes. Eduardo Braga (PMDB-AM) também apoiou, mas sugeriu um registro provisório e limitado a um estado.

Paim destaca aprimoramento de legislação para deficientes



Paulo Paim (PT-RS) comemorou ontem o sucesso do grupo de trabalho formado para aprimorar o Estatuto da Pessoa com Deficiência, em tramitação na Câmara dos Deputados.

O grupo fez dez encontros, em que foram debatidas sugestões relativas a setores como saúde, mercado de trabalho, educação, acessibilidade, habilitação e reabilitação. O documento final foi entregue à ministra da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, Maria do Rosário, no dia 10.

Paim agradeceu a participação dos profissionais envolvidos e ressaltou que as propostas agora serão entregues aos presidentes da Câmara e do Senado.

Suplicy ressalta número de mulheres chefes de família



Em discurso sobre o Dia das Mães, comemorado no domingo, Eduardo Suplicy (PT-SP) lembrou ontem que cada vez mais mulheres são chefes de famílias. Ele apresentou dados do IBGE mostrando que o percentual de famílias chefiadas por mulheres no país passou de 22,2% para 37,3% entre 2000 e 2010.

— Segundo o IBGE, o aumento se deve a uma mudança de valores relativos ao papel da mulher na sociedade e a fatores como o ingresso maciço no mercado de trabalho e o aumento da escolaridade em nível superior, combinados com a redução da fecundidade — explicou Suplicy.

O senador também demonstrou preocupação com a violência contra a mulher no Brasil.

Avança proposta que pune com multa discriminação contra mulher no trabalho

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou o substitutivo ao projeto de lei de Inácio Arruda (PCdoB-CE) que promove a igualdade entre homens e mulheres no trabalho. A proposta prevê medidas que asseguram à mulher iguais condições de acesso, permanência e remuneração nas relações de trabalho.

Agora, a proposta será encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e, posteriormente, em decisão terminativa, à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Práticas discriminatórias contra a mulher, segundo a proposta, darão direito a indenização.

No parecer, a relatora do projeto (PLS 136/2011), Ana Amélia (PP-RS), ressaltou que a discriminação impede a mulher de alcançar o mesmo sucesso profissional do homem.

— A discriminação dificulta a participação da mulher, nas mesmas condições que o homem, na vida política, social, econômica e cultural, além de restringir o pleno desenvolvimento das suas potencialidades para exercer

seus direitos fundamentais, prestar serviços ao país e à humanidade — diz ela.

O substitutivo descreve na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) práticas consideradas discriminatórias. Ficam vedados o pagamento de remuneração menor que a paga a trabalhador do sexo masculino quando a mulher desenvolver a mesma função ou atividade; o adiamento de ocupação de cargos e funções, promoção e dispensa

Segundo o projeto, mulheres devem ter as mesmas condições de trabalho dadas aos homens

com concorrente do sexo masculino; e o controle de condutas que impeçam a participação da mulher no ambiente de trabalho em igualdade de condições.

Paulo Paim (PT-RS) ressaltou a dificuldade de se aprovarem projetos que beneficiam a mulher, apesar do discurso de todos em defesa de melhores condições para elas. Ele considera “o mínimo” aprovar uma lei que garante igualdade de condições entre trabalhadores.

Angela Portela (PT-RR) informou que, de acordo com o IBGE, em média, a mulher recebe cerca de 30% a menos do que o homem para desempenhar a mesma função e nas mesmas condições.



Angela Portela, Ana Amélia, Jayme Campos e Ana Rita na sessão da CAS

Ministro aponta má gestão nas verbas da segurança

Na primeira prestação de contas ao Senado, José Eduardo Cardozo anuncia 60 mil novas vagas em cadeias, mas afirma que reversão do cenário passa por políticas de segurança, saúde e ressocialização

O MINISTRO DA Justiça, José Eduardo Cardozo, reconheceu erros na aplicação de verbas em segurança pública e defendeu parceria mais estreita entre União, estados e municípios. Ontem, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) começou a convocação regular do ministro para prestar contas.

— Tem má gestão nas verbas da segurança pública e um dos fatores é a subnotificação de ocorrências policiais, o que prejudica o planejamento de ações — comentou Cardozo, advertindo que os estados que não aderirem ao Sistema Nacional de Estatísticas de Segurança Pública e Justiça Criminal (Sinesp) não receberão recursos federais na área.

Cardozo afirmou que melhorias no sistema prisional são não só uma questão de direitos humanos, mas de reforço no combate à criminalidade. Ele anunciou investimentos de R\$ 1,1 bilhão para 60 mil novas vagas em cadeias.



Cardozo (D) fala à Comissão de Constituição e Justiça, presidida por Vital do Rêgo

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que a diferença entre o orçado e o gasto pelo governo teria chegado a 36% na modernização de estabelecimentos penais. Cardozo alegou que a reversão do cenário passa pela formulação de políticas de educação, saúde e ressocialização para os presos.

Questionado por Francisco Dornelles (PP-RJ), o ministro achou interessante a criação de um grupo específico para a guarda da costa e das fronteiras. O controle vem sendo feito

por policiais federais e pela Força Nacional de Segurança, com apoio logístico das Forças Armadas. A ação tem ajudado a viabilizar o Programa Crack, é Possível Vencer, que, até o fim de 2014, receberá R\$ 4 bilhões, segundo Cardozo.

O ministro disse que espera reforçar o 2º Plano Nacional de Enfrentamento do Tráfico de Pessoas com indicações do relatório da CPI da Violência contra a Mulher, que deverá ser entregue por Ana Rita (PT-ES) até o mês que vem.

Maioridade é cláusula pétrea, diz Cardozo

Sobre a redução da maioria penal, Cardozo afirmou que uma cláusula pétrea da Constituição a impede. O tema foi levantado por Sérgio Souza (PMDB-PR), que apresentou projeto para permitir aplicação do Código Penal ao menor reincidente em infração grave (PLS 190/2012).

— Colocar adolescentes presos com adultos só vai agravar — disse o ministro.

Uma das possibilidades, segundo ele, é agravar penas de adultos que envolvem menores nos delitos, conforme projeto (PLS 118/2003) do ex-senador Aloizio Mercadante.

As PECs 33/2012, 74/2011

e 83/2011 tramitam em conjunto na CCJ. Ricardo Ferraço (PMDB-ES) deu parecer pela aprovação da PEC 33/2012, de Aloysio Nunes, que reduz a maioria para 16 anos para crime hediondo, tráfico de drogas, tortura e terrorismo ou reincidência em lesão corporal grave e roubo qualificado.

Comissão aprova indicados para conselhos de Justiça e do MP

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou as indicações da advogada Gisela Gondin Ramos ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e de Jeferson Luiz Pereira Coelho para recondução ao Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Gisela Gondin, escolhida pelo Conselho Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), recebeu 20 votos favoráveis e 2 contrários.

Para Jeferson Luiz Pereira Coelho, subprocurador do Trabalho, foram 21 votos a favor e 1 contrário. Ele foi o mais votado em eleição do Ministério Público do Trabalho (MPT) para compor a lista tríplice encaminhada à Procuradoria-Geral da República (PGR).

As duas indicações agora serão votadas no Plenário.

Casamento civil

Durante a sabatina, Gisela Gondin foi questionada a respeito da resolução

aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça que obriga os cartórios a realizarem o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo. Muitas vezes os cartórios ainda resistem à medida, afirmando não haver previsão legal.

Para ela, “em princípio”, o órgão pode regular e uniformizar os procedimentos. Ela observou, porém, que a questão em torno da união homoafetiva estável ainda não está totalmente resolvida, o que deixa em aberto se a decisão foi acertada.

— Tenho sérias dúvidas se não houve extrapolação das competências [pelo CNJ].

A advogada disse que falta saber se o julgamento do Supremo Tribunal Federal (STF) favorável à união civil entre homossexuais tem efeito vinculante — o que obrigaria todos os juizes a seguir o entendimento da Corte superior. Sem essa repercussão legal, ela considera que pode ter havido excesso na iniciativa do conselho em baixar a resolução.

Para Malta, CNJ “cuspiu no Código Civil” ao decidir sobre união gay

Magno Malta (PR-ES) criticou a decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) que obriga cartórios a realizar casamentos entre pessoas do mesmo sexo. Para ele, a medida desrespeita o Legislativo, que não aprovou o direito.

— O CNJ cuspiu, rasgou e

violou o Código Civil e ainda vilipendiou o Congresso Nacional — disse o senador.

Ele afirmou que a Frente Parlamentar da Família e Apoio à Vida, da qual é presidente, quer fazer “um debate plural e ouvir opiniões contrárias” sobre temas atuais.

Ângela quer pena mais pesada para quem usa criança em crime



Ângela Portela (PT-RR) se disse contrária à redução da maioria penal e defendeu a ampliação da pena de criminosos que usam menores de idade na prática de delitos.

O Brasil, afirmou a senadora, tem 20 mil crianças e adolescentes em centros de reabilitação, a maioria por envolvimento em casos de roubo, tráfico de drogas, estupro e assassinato.

— Não temos como pensar em soluções de uma forma única, insensata ou sob o efeito da dor e do ódio. É um assunto que envolve direta e claramente pessoas que são vítimas do sistema excludente, que por muitos anos vigorou.

Denúncias geram embate entre senadores acrianos

Questões políticas locais provocaram um duro embate em Plenário entre dois senadores acrianos na terça-feira.

Sérgio Petecão (PSD) refutou a acusação de que teria feito uma falsa denúncia de disparos realizados contra a residência dele a fim de tirar proveito político da situação.

Petecão comemorou a decisão do procurador Eduardo Aguiar que pediu o arquivamento da denúncia.

— Não acredito que um delegado, se não tiver a conivência do governador, tenha coragem de entrar com uma representação contra um senador — disse.

Anibal Diniz (PT) rebateu, afirmando que o colega gosta de fazer papel de vítima. Para Anibal, a acusação de que Petecão deu tiros na própria casa não foi do diretor da Polícia Civil do estado, que disse apenas que não houve disparos contra a casa do senador.



Petecão aponta relação entre empresários presos e governador

— Eu posso dizer ao povo do Acre o seguinte: quem não te conhece que te compre, senador Sérgio Petecão.

Operação G7

Petecão também comemorou a prisão de 15 pessoas suspeitas de fraudar licitações públicas no Acre, no âmbito da Operação G7, da Polícia Federal, que investiga esquema de corrupção com empreiteiras. Para o senador, o fato tirou uma “carga” das costas, já que ele sempre seria acusado por



Anibal acusa oposição de julgar autoridades por antecipação

tudo de errado que acontece no estado.

Anibal, em pronunciamento, manifestou apoio à Operação G7, mas condenou a atitude de forças políticas de oposição e de órgãos de imprensa do estado que, na avaliação dele, aproveitam a circunstância para julgar autoridades por antecipação. O parlamentar disse esperar que a apuração dos fatos confirme que o governo do Acre age com lisura e respeito ao patrimônio público.

Plenário discute constitucionalidade da criação de TRFs

O Plenário do Senado debateu na tarde de ontem a constitucionalidade da criação, pelo Congresso, de novos tribunais regionais federais (TRFs). Os senadores concordaram que novos TRFs ajudariam a desafogar os tribunais hoje existentes e facilitariam o acesso à Justiça de grande parte da população. O debate ocorreu durante a primeira sessão de discussão da PEC 86/2011, que cria o TRF da 6ª Região, com sede em Manaus.

Autora da PEC 86/2011, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) reclamou que a Região Norte do país não tem sequer um tribunal regional federal. O contraponto foi feito por Pedro Taques (PDT-MT), para quem a iniciativa fere a independência do Judiciário garantida na Constituição.